

AMS EM RISCO: NÃO PARTICIPE DA ELEIÇÃO DE CARTAS MARCADAS DA APS



Entidades que representam os beneficiários da AMS questionam a legitimidade da criação da APS e a eleição dos conselhos Deliberativo e Fiscal, que está sendo imposta sem transparência e de forma flagrantemente ilícita. Orientação da FUP e sindicatos é para os trabalhadores não participarem da eleição

Desde o ano passado, a FUP e seus sindicatos vêm travando uma batalha judicial contra a criação da Associação Petrobrás Saúde (APS), que a Petrobrás tenta legitimar através da eleição para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, que nada mais é do que um jogo de cartas marcadas.

As representações dos trabalhadores do Sistema Petrobrás – FUP, FNP e SINDMAR – ingressaram com Ação Civil Pública, cobrando a suspensão imediata do processo eleitoral, que teve início na semana passada. As entidades, que jun-

tas representam um universo de aproximadamente 280 mil beneficiários da AMS, entre titulares e dependentes, questionam a legitimidade desta eleição, que foi imposta sem transparência e de forma flagrantemente ilícita, contrariando o próprio estatuto da APS, que também é repleto de irregularidades.

Na tentativa de legitimar esse processo, a gestão da Petrobrás está convocando os beneficiários da AMS - titulares, ativos, pensionistas e aposentados - a votar. A orientação expressa da FUP e dos sindicatos é que a categoria NÃO participe.

A Ação Civil Pública ingressada pelas entidades coloca sob suspeita o regulamento e a comissão eleitorais, denunciam a manipulação e alteração do calendário eleitoral, entre outras irregularidades, como a “usurpação de competência da Assembleia Geral para disciplinar a realização das elei-

ções, reduzida à mera apuração dos votos” e “ilícitas restrições de natureza regulamentar ou infraestatutária — com prejuízos à efetiva disputa eleitoral, em contrapartida à potencial eleição de dirigentes ilegitimamente eleitos”.

Para a FUP e demais proponentes da ação, a eleição é um jogo de cartas marcadas, que tem por objetivo legitimar a APS, criada ao arripio da lei, à revelia dos trabalhadores, através de um processo suspeito que foi conduzido pelo ex-gerente executivo de Recursos Humanos da Petrobrás, Claudio Costa, demitido por ter feito uso de informações privilegiadas para se beneficiar financeiramente em uma operação milionária de venda de ações da companhia.

“Devido ao desrespeito da atual gestão da Petrobrás e diante de todos os descumprimentos de acordos feitos entre a empresa, trabalhado-

res e entidades sindicais, não podemos ser chamados a votar em uma eleição onde o processo de candidatura foi restrito e definido através de critérios da própria empresa. Não concordamos com essa associação, que foi criada de forma ilegal, em meio a denúncias de corrupção envolvendo o gestor de RH da Petrobrás, que foi o mentor de todo o processo. Através de uma eleição ilícita e viciada, cuja ilegalidade estamos denunciando desde o início, a diretoria da Petrobras quer legitimar esse crime e não podemos permitir que isso aconteça”, alerta o coordenador geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Não participe de eleições da APS, sob risco de legitimar as ilegalidades que estão sendo denunciadas pela FUP e demais entidades que representam os beneficiários da AMS.

- via Imprensa da FUP

ENFERMEIRA OBSTETRA É NOSSO DIREITO

Em outubro, o Sindipetro/MG solicitou, junto à gerência geral e para a gerência de RH da Regap que o Saúde Petrobrás inclua algumas acomodações voltadas para o parto humanizado.

A resposta da empresa indicava que “Na fase atual (Ciclo Intensivo da Fase 2) o projeto prevê que cada maternidade tenha apenas uma operadora parceira, não sendo possível a Saúde Petrobras realizar parceria com a Rede de Saúde Mater Dei tanto de Betim quanto de Belo Horizonte”.

Assim, uma alternativa para as petroleiras e também para as companheiras de petroleiros para ter um parto mais próximo do humanizado são as consultas com enfermeiras obstetras.

A técnica de operação da Regap Vanessa Serbate Borges está em sua terceira gestação e recentemente conseguiu ser atendida por uma profissional dessa modalidade.

Ela relata como foi o atendimento: “Eu nunca tinha me consultado com uma enfermeira obstétrica e gostei muito da experiência. É um olhar bastante diferente do médico. As consultas

incluem instruções para preparação física e psicológica para o parto, elaboração de plano de parto, orientação quanto aos direitos em relação às escolhas possíveis durante o parto, etc... É um atendimento que é complementar ao pré-natal com médico, mais acolhedor”.

Vanessa conseguiu o acesso a seis consultas antes do parto e mais duas podem ser liberadas depois do parto, mediante pedido médico. Não há cobertura, no plano, de acompanhamento durante o parto.

“Eu recomendaria demais esse atendimento a outras mulheres porque acredito que informação de qualidade é poder. No caso da gestante, é o empoderamento de alguém que vai passar por um marco na sua história, trazendo uma vida ao mundo, em um momento que é desgastante, tenso, mas que também pode ser incrível. Esse compartilhamento de possibilidades, de caminhos, faz toda a diferença para que, seja como for, a gente possa sentir que foi protagonista e respeitada no parto, no nascimento dos nossos filhos”, complementa Vanessa.

SESSÃO ESPECIAL DE “MARIGHELLA – O FILME”



Nesta sexta-feira, dia 26, às 19h, a CUT Minas promove uma sessão especial de exibição do filme “Marighella”, dirigido por Wagner Moura. O evento será na sede do Sindipetro, para 150 pessoas e é preciso fazer inscrição prévia.

A exibição faz parte das atividades da CUT no mês da Consciência Negra. Haverá um bate-papo com militantes históricos do movimento negro e da luta contra a Ditadura Militar para abrir a sessão especial.

“Marighella segue sendo inspiração para o movimento sindical, ainda mais em tempos tão difíceis, quando a soberania e a democracia estão sendo atacadas no Brasil novamente. É preciso não ter medo e seguir lutando pelos nossos ideais e por uma sociedade mais justa para a classe trabalhadora”, diz Felipe Pinheiro, diretor do Sindipetro/MG.

DICA DE FILME

Há 24 anos, o governo Fernando Henrique Cardoso entregava a principal empresa brasileira no ramo da mineração e infraestrutura para os braços de banqueiros e fundos de investimentos internacionais, processo [criminoso] de privatização da Vale do Rio Doce, hoje, Vale.

É justamente esse o pano de fundo do longa-metragem ‘Homem Onça’. Pedro, protagonista interpretado por Chico Diaz, vive duas narrativas paralelas: o presente, em que Pedro passa seus últimos momentos na empresa a que se dedicou por quase 30 anos; e o futuro, com uma rotina em meio à natureza após uma aposentadoria forçada, de volta à sua terra natal, onde reencontra seu grande amor, Lola, interpretada pela atriz Bianca Byington.